

3ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

26 MAI 1245686

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOG & PRINT DADOS
VARIÁVEIS S.A.

Celebrada entre

LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A.

Como Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;

E

ARISTEU BATISTA, CÉLIO SILVA E ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO

Como Intervenientes Garantidores

Datada de 21 de maio de 2015



26 MAI 1245686

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A..

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 222 – 3º andar, cj 304, Conjunto Comercial Zarvos, Bairro República, CEP 01046-915, inscrita no CNPJ sob o nº 03.113.360/0001-98, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.418.867, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, em série única, em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora ("Debenturistas");

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidores ("Intervenientes Garantidores"):

- (iii) **ARISTEU BATISTA**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 267.222.168-53 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.363.258, residente e domiciliado na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Araras, n.º 69, Residencial 4, Alphaville, CEP: 06542-075 ("Aristeu");
- (iv) **CÉLIO SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 055.813.698-28 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 16.746.143-6, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Cauaxi, n.º 329, apto 1901, Alphaville, CEP: 06454-020 ("Célio");

- (v) **ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 028.600.667-72 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.381.252-2, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Epitácio Pessoa, nº 10, apto. 501, Ipanema, CEP: 22410-090 ("Antonio");

Como anuente, outorgante da outorga conjugal:

- (vi) **MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO**, casada em regime de comunhão de bens, do lar, inscrita no CPF/MF sob n.º 260.954.247-04 e portadora da Cédula de Identidade RG n.º 2.358.592, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Epitácio Pessoa, nº 10, apto. 501, Ipanema, CEP: 22410-090 ("Maria");

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A." ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo:

I. Autorizações

1.1. A emissão das Debêntures, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definido) e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas seguintes autorizações:

- (i) reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 5 de maio de 2015 ("RCA da Emissora"), na qual foram deliberadas, a aprovação das condições da Emissão (abaixo definida), conforme disposto no artigo 59, parágrafo 1º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e a autorização para a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definido), nos termos do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido);
- (ii) assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 5 de maio de 2015 ("AGE da Emissora"), na qual foram deliberadas, a aprovação das condições da Emissão (abaixo definida), conforme disposto no artigo 59, parágrafo 1º da Lei das S.A. e a autorização para a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definido) nos termos do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido).

26 MAI 2015 12:56:88
RUA BOA VISTA Nº 314 - ZANDAR

A

II. Requisitos

2.1. A emissão das Debêntures ("Emissão"), a Oferta, a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definido), a constituição da Fiança (conforme abaixo definido) e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base na observância dos seguintes requisitos:

(i) *arquivamento e publicação da ata da RCA da Emissora.* A ata da RCA da Emissora será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Empresas e Negócios ("Empresas e Negócios") ("Jornais de Publicação da Companhia"), nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das S.A.;

(ii) *arquivamento e publicação de ata da AGE da Emissora.* A AGE da Emissora será arquivada na JUCESP e será publicada nos Jornais de Publicação da Companhia, nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das S.A.;

(iii) *inscrição da Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das S.A.. A Companhia encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contado a partir das datas de arquivamento;

(iv) *registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

(v) *garantia fidejussória.* Em função da Fiança (conforme abaixo definido) prestada na presente Escritura de Emissão, a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da cidade de Barueri, Estado de São Paulo e da cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores ("Lei 6.015"), no prazo de 20 (vinte) dias contatos da data de sua assinatura. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente registrados.

(vi) *registro do Contrato de Garantia.* O Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro nos

9895721 26 MAI 92

competentes Cartórios, conforme nele disposto, nos termos da Lei 6.015, previamente à subscrição das Debêntures. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados no Contrato de Garantia a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos devidamente registrados.

(vii) *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição; e

(viii) *registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).* Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 (“Código ANBIMA”), a Oferta será registrada na ANBIMA apenas com a finalidade de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, sendo que este registro está condicionado à expedição, até a comunicação de encerramento da Oferta, de diretrizes a serem eventualmente especificadas pela ANBIMA.

III. Objeto Social da Companhia

3.1. O objeto social da Companhia compreende: (i) processamento de dados; (ii) impressão eletrônica de dados variáveis; (iii) tratamento de documentos personalizados; (iv) desenvolvimento de programas de informática; (v) editoração eletrônica, sempre relacionada a dados variáveis; (vi) digitalização de documentos e (vii) participação, como acionista ou quotista, em empreendimentos, sociedades e consórcios como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos.

IV. Destinação dos Recursos

4.1. Os recursos provenientes da Oferta serão destinados ao alongamento do perfil de dívida bancária da Companhia, incluindo a liquidação de todos os empréstimos da Emissora e da Print Laser Cartões Plásticos Ltda. conforme descrito no Anexo I a esta Escritura de Emissão.

V. Características da Oferta

5.1. *Distribuição.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do “Contrato de Coordenação e Distribuição de Debêntures Simples da Espécie com Garantia Real, Não Conversível em Ações, em Série Única, da ~~Print Laser Cartões Plásticos Ltda.~~ & Print Dados Variáveis S.A.” (“Contrato de

9895721 26MAI 1245686

★

Handwritten signature or mark.

Distribuição”), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definição do artigo 4º da Instrução CVM 476 e artigo 109 da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”)(“Investidores Qualificados”).

5.2. *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

5.3. *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em uma única data (“Data da Integralização”), em moeda corrente nacional, e em conformidade com a Cláusula 5.2. acima, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4. abaixo), acrescido da Remuneração, calculada conforme Cláusula 6.19 abaixo.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis.

VI. Características das Debêntures

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

6.2. *Valor da Emissão.* O valor total da emissão é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data da Emissão (conforme definido abaixo).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data da Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

6.5. *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido na Cláusula 6.7. abaixo) e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por ela, extrato em nome do Debenturista que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

26 MAR 2011 12:45:68
RUA BOA VISTA Nº 314-22 ANDAR
AVONIA 22-713-21

★

W

7

25/10/2016	4,1667%
25/11/2016	4,1667%
25/12/2016	4,1667%
25/01/2017	4,1667%
25/02/2017	4,1667%
25/03/2017	4,1667%
25/04/2017	4,1667%
25/05/2017	4,1667%
25/06/2017	4,1667%
25/07/2017	4,1667%
25/08/2017	4,1667%
25/09/2017	4,1667%
25/10/2017	4,1667%
25/11/2017	saldo

6.13. *Vencimento Antecipado.* Observados os termos desta Escritura de Emissão, todas as obrigações objeto desta Escritura serão consideradas antecipadamente vencidas, devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos Encargos Moratórios calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados, na ciência da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

6.13.1. *Eventos de Vencimento Antecipado Automático:*

- (i) inadimplemento, pela Companhia ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures ou do Contrato de Garantia, não sanado no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil;

utilização dos recursos provenientes da Oferta de forma diversa daquela descrita no item 4.1. acima;

9895721

2017/07/25

- (iii) transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia ou Intervenientes Garantidores, de qualquer direito ou obrigação da Companhia, que tenham sido originados nos documentos relativos às Debêntures ou no Contrato de Garantia;
- (iv) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os Contratos de Garantia e/ou os respectivos documentos da Oferta se tornem inválidos ou inexecutáveis;
- (v) questionamento judicial, pela Companhia ou Intervenientes Garantidores, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia;
- (vi) questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no inciso acima, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia, não sanado de forma definitiva no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data em que a Companhia tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- (vii) decretação de falência da Companhia, pedido de autofalência pela Companhia, pedido de falência formulada por terceiros e não impugnada no prazo legal; pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento ou indeferimento do seu respectivo pedido; ou liquidação, dissolução, insolvência decretada ou extinção da Companhia;
- (viii) redução do capital social da Companhia, exceto para absorção de prejuízos, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação que tenha um efeito caixa similar envolvendo a Companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, cisão ou incorporação (bem como incorporação de ações), salvo se for obtida a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (x) alteração e/ou transferência do controle acionário da Companhia, salvo se for obtida a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xi) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória;

26 MAR 2012 12:56:86
RUA BOA VISTA
Nº 31 - 2º ANDAR
2012-03-26 12:56:86

A



- (xii) transformação do tipo societário da Companhia, de modo que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) vencimento antecipado de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia;
- (xiv) inadimplemento de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA;
- (xv) pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Companhia acima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido nos exercícios de 2015 e 2016 e acima de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido no exercício de 2017;
- (xvi) alienação, cessão e/ou qualquer outra forma de transferência de ativos da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xvii) alteração ou cancelamento da Conta de Depósito (conforme definida no Contrato de Garantia), sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário;

6.13.2. Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:

- (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures ou do Contrato de Garantia, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados do respectivo inadimplemento;
- (ii) concessão pela Companhia de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias fidejussórias para terceiros, no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA salvo se aprovado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

26 MAR 2015 12:45:58

- (iii) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais) da Companhia, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas;
- (iv) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais) da Companhia, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas;
- (v) protesto de títulos da Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, seja validamente comprovado pela Companhia ao Agente Fiduciário que: (a) tenha sido obtida decisão judicial para a sustação ou anulação de seus efeitos; (b) o protesto seja cancelado no prazo legal; (c) os valor do(s) título(s) sejam depositados em juízo; ou (d) o montante protestado tenha sido devidamente quitado pela Emissora no prazo legal;
- (vi) descumprimento pela Companhia de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia, ou de qualquer decisão judicial, em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial);
- (vii) se for proferida sentença final desfavorável aos interesses da Companhia obrigando-a a pagar valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas;
- (viii) alteração do objeto social da Companhia conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) arresto, confisco, desapropriação, estatização, sequestro ou penhora de bens ou receitas da Companhia, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do fato, este arresto, confisco, desapropriação, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;

9895721 26 MAR 2011

A



- (x) violação pela Emissora de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- (xi) constatação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pelos Intervenientes Garantidores, em qualquer dos documentos relacionados à Emissão, são falsas, incorretas ou enganosas;
- (xii) descumprimento, por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada, de boa fé, pela Emissora em esfera judicial ou administrativa;
- (xiii) na hipótese de o Agente Fiduciário verificar o não atendimento, pela Emissora, do Fluxo Mínimo (conforme definido no Contrato de Garantia), por 2 (dois) meses consecutivos ou por 3 (três) meses não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses;
- (xiv) não atendimento pela Emissora, dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem calculados pelos auditores independentes registrados junto à CVM contratados pela Emissora e acompanhados anualmente com base nos exercícios sociais de 2015 e 2016 e semestralmente, a partir do primeiro semestre de 2017, pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais e/ou semestrais, conforme aplicável, auditadas, compreendendo os resultados consolidados da Emissora, que serão encaminhadas conforme Cláusula 7.1., itens (i) e (ii):

Índices Financeiros: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes durante os exercícios de 2015 e de 2016, igual ou inferior a 2,0 vezes em 2017 e CAPEX igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por ano.

Onde:

"Dívida Financeira Líquida": significa valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

"Dívida": significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública

ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA”: significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

Entendem-se como Resultado Não Operacional: Venda de ativos; provisões/reversões de contingências sem efeito caixa; *Impairment* e despesas pontuais de reestruturação.

“CAPEX”: Montante despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital ; e

(xv) nos demais casos previstos em lei.

6.14. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos na cláusula 6.13.1 (cada um, um **“Evento de Vencimento Antecipado Automático”**), não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que tomar ciência, deverá declarar vencidas todas as obrigações das Debêntures e exigir o pagamento imediato do que for devido, conforme Cláusula 6.17.

6.15. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos na cláusula 6.13.2 (cada um, um **“Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático”**), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de tais eventos, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, a fim de deliberar sobre eventual não vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.

6.16. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.15 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem pelo não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas ou, ainda, em caso de instalação, mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas.

6.17. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração (e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos

Encargos Moratórios calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculado *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.18. A CETIP deverá ser informada na mesma data em que for declarado o Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.19. *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

(i) *atualização monetária.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

(ii) *juros remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, (“Sobretaxa”, e em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

11
RUA BOA VISTA
Nº 314-28 ANDAR



Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data da Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

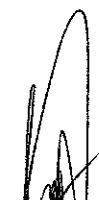
$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

Spread = 3,5000 e

DUP = número de Dias Úteis entre a Data da Integralização, ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

RUA BOA VISTA
Nº 317-23 ANDAR



Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TD_{ik})$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI X FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.19.1. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 25 de junho de 2015 e o último na Data de Vencimento ou, conforme o caso, por ocasião da Oferta de Resgate Antecipado ou Vencimento Antecipado.

6.19.2. Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.19.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.19.3. Indisponibilidade da Taxa DI. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso da impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a decisão conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigente à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a

080972

4

[Handwritten signature]

última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo das obrigações previstas neste Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data do Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIs no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) a Companhia deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, sendo certo que após o pagamento da última parcela a Companhia deliberará acerca do cancelamento da Emissão. O cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de seu início, por meio de correspondência da Companhia com a anuência do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas acompanhado dos documentos necessários. O cronograma não excederá a Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Companhia até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos

ROA BOLSA
Nº 314-25 ANDAR

✱

Debenturistas, e apresentada à Companhia na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima.

6.19.4. A Emissora e os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nesta Cláusula 6.19, declarando que o aqui disposto, não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor até o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

6.20. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.21. *Resgate Antecipado Facultativo.* As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a qualquer momento a partir da Data de Emissão ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será realizado de acordo com as seguintes condições:

(i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado total ou parcial por meio de comunicação a cada um dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e CETIP ou por meio de publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado ("Data de Liquidação");

(ii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data da primeira Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento resgate antecipado;

(iii) não será devido prêmio em caso de Resgate Antecipado, conforme este item 6.21;

(iv) a comunicação de Resgate Antecipado prevista acima deverá contemplar a data e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

(v) o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP;

(vi) na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º da Lei das S.A. Além disso, o resgate antecipado parcial deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio,

12-718-314 Nº
RUA BOA VISTA

tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.22.6. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;

6.22.7. Caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures, e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário;

6.22.8. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio.

6.22.9. A Emissora e os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nesta cláusula 6.22, declarando que o aqui disposto, não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do Código Civil, mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

6.23. *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.24. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão independentemente de aviso, notificação ou

interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.25. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas neste Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará qualquer direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.26. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

6.27. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.28. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.29. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicadas, na forma de aviso aos Debenturistas, nos Jornais de Publicação da Companhia, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.30. *Garantia Real.* Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela

Emissora na presente Escritura de Emissão incluindo, mas sem limitação (a) aquelas relativas ao integral e pontual pagamento do Valor da Emissão, da Remuneração (conforme abaixo definida), dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e dos demais encargos relativos às Debêntures, estas últimas subscritas e integralizadas e não resgatadas, incluindo a remuneração dos prestadores de serviço da Emissão, que incluem, mas não se limitam, conforme aplicável, ao Escriturador Mandatário, Banco Liquidante da Emissão, e ao Agente Fiduciário, e dos demais encargos relativos à esta Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento, ou em virtude das hipóteses de amortização, resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia, incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, indenizações, despesas judiciais e honorários advocatícios; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar no âmbito da Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução de qualquer das ("Valor Garantido"), será concedida a seguinte garantia real pela Emissora em favor dos titulares das Debêntures ("Garantia Real"):

- (i) cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora com relação (a) à conta vinculada descrita no Anexo III ao Contrato de Garantia (conforme abaixo definido) ("Conta-Garantia") e, (b) às aplicações financeiras e respectivos rendimentos contratadas com recursos depositados na Conta-Garantia, conforme "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças" ("Contrato de Garantia").

6.31. *Garantias Fidejussórias.* Para assegurar o integral pagamento do Valor Garantido, os Intervenientes Garantidores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo:

6.31.1. Os Intervenientes Garantidores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento do Valor Garantido (conforme definido abaixo) pela Emissora, oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

6.31.1.1. A fiança prestada pelo Interveniente Garantidor Antonio estará limitada ao valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

6.31.2. Todo ~~qualquer~~ pagamento realizado pelos Intervenientes Garantidores em relação à Fiança prestada será efetuado livre e líquido, sem

9895121 26MAI 2018

A

98057 20 JUL 67

6.31.10. A inobservância pelo Agente Fiduciário dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo ser a Fiança excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral quitação do Valor Garantido.

6.32. *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

Para a Companhia

Log & Print Dados Variáveis S.A.

Av. Tamboré, 25, Galpão Docas - Tamboré
Barueri - SP
CEP 06460-000
At.: Jose Eduardo Silva de Souza
Telefone: (11) 4688-7553
Fac-símile: (11) 4688-7788
Correio Eletrônico: jose.eduardo@printlaser.com

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22640-102
At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º. Andar
São Paulo – SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários

9895720 28MAI 2012

Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

VII. Obrigações Adicionais da Companhia

7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias úteis após a data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (b) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado por auditor independente contratado pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários; e (c) declaração assinada por representantes legais, na forma do seu estatuto social atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social.

(ii) A partir de 2017, fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, cópia das demonstrações financeiras semestrais da Companhia revisadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

26/01/2015 12:45:56
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

A

(iii) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

(b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data da ciência ou recebimento, conforme o caso, (x) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou (y) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada às Debêntures e/ou a um Evento de Vencimento Antecipado; e

(c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada; e

(d) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 2 (dois) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas da Emissora, que excedam o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A..

(iv) estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar para este fim, a estrutura de órgão destinado ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar este serviço;

(v) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou de qualquer de suas controladas;

(vii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

(viii) contratar e manter contratadas, as suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas neste Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;

A



(ix) não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;

(x) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(xi) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da cláusula 4.1. acima;

(xii) efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 8.4., item (i) abaixo; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 8.4., item (ii) abaixo;

(xiii) observado o disposto na cláusula 8.5., item (xiv) abaixo, a Companhia obriga-se, a partir desta data, a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na cláusula 8.5., item (xv);

(xiv) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;

(xv) observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476: (a) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas e completas, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter estes documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos, (b) observar as disposições da Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, (c) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Agente Fiduciário, (iv) fornecer prontamente todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM, pela CETIP ou pelo Agente Fiduciário;

(xvi) observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476;

(xvii) notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

989572 26 MAR 2002

✱



(xviii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(xix) adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador III; e

(xx) manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades.

7.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

VIII. Agente Fiduciário

8.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nesta qualidade e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

(i) aceita a função para o qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;

(iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

(iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(v) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;

(vi) verificou a veracidade das informações contidas neste Escritura de Emissão;

(vii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(viii) está ciente da regulamentação emanada do Conselho Monetário nacional, do Banco Central do Brasil e da CVM;

(ix) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º Da Lei das S.A., a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28") e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(x) não se encontra em nenhuma situação de conflito de interesses prevista no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(xi) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas ou, ainda, até a sua efetiva substituição.

8.3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicar-se-ão as seguintes regras:

(i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando a sua substituição;

(iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando no mínimo 10% (dez por cento) das Debentures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (a) está sujeita à prévia comunicação à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;

(vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(vii) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

(viii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunica-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da cláusula 6.29 acima; e

(ix) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normais e preceitos emanados pela CVM.

8.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

(i) receberá uma remuneração:

(a) correspondente à parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por ano devida pela Companhia durante a vigência das Debêntures, sendo a

9899771 211100

A



primeira parcela da remuneração devida no 5º Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas sempre no mesmo dia dos anos subsequentes, calculadas *pro rata die*, se necessário.;

(b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do IGPM/FGV, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário;

(c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, reajustado conforme a alínea (b) acima; e

(e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, ficando o respectivo valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

(ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões, despesas cartorárias;

(c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;

(d) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens e alimentações quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis;

000071 211107
RUA BOA VISTA
Nº 312 - 2º ANDAR

A



(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

(f) fotocópias, digitalizações, envio de documentos.

(iii) no caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário, inclusive, solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco e sucumbência;

(iv) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item (iii) acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento; e

(v) o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas nos itens (ii) e (iii) acima reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.5. além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, que não as especificadas nesta Escritura de Emissão como de responsabilidade da Companhia e/ou dos Debenturistas, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução de seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;

RUA BOA VISTA
Nº 317 - JARDIM
BOA VISTA

000071 2 INB102

★

11/11

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de Capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos de juros realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Companhia em que tenha atuado com agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea "k", da Instrução CVM 28, indicando: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do coordenador líder;
- (xvi) divulgar as informações referidas no item (j) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
VILA OLÍMPIA

0000771 2011.007

A

(xvii) publicar, às expensas da Companhia e em conjunto com a mesma, nos termos da cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;

(xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou ciência de qualquer inadimplemento pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP; e

(xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou sua página na rede mundial de computadores.

8.6. No caso de inadimplemento pela Companhia de qualquer de sua obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não sanado nos prazos previstos na cláusula 6.13 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seus principal e acessórios;

(ii) executar a Cessão Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

(iii) requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;

COPIA Nº 317-22 ANDAR
RUA BOA VISTA
9899771 201102

X

(iv) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

(v) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6.1. Observado o disposto nas cláusulas 6.13 a 6.17 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na cláusula 8.6 acima, incisos (i), (ii) (iii) e (iv) se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, e estar assim autorizado por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da cláusula 8.6 acima, inciso (v) será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.7. O Agente Fiduciário declara ainda que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão e conforme organograma encaminhado pela Emissora, não presta serviços de agente fiduciário para outras sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia.

IX. Assembleia Geral de Debenturistas

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR
00000000-00000000

00000000-00000000

A

X. Declarações da Companhia

10.1. A Companhia neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e das Debêntures têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) esta Escritura de Emissão, as Debêntures e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (d) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (3) rescisão de qualquer destes instrumentos;
- (vi) as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- (vii) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, ou às Debêntures não divulgadas, cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (viii) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias e tribunais, aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (ix) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial, estão em dia com pagamento de todas as

26 MAR 2011 12:56:56



(x) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles mencionados nas Demonstrações Financeiras; (1) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia, em suas condições financeira ou outras, ou em sua atividade; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;

(xii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(xiv) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira em prejuízo dos Debenturistas;

(xvi) até a presente data, nem a Companhia e nem qualquer uma de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum ("Afiliadas"), diretores, membros do conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviços agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas ("Representantes"); (a) usou os recursos da Companhia e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representações ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo

26741 2000 A



mas não se limitando à Lei 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e o UK Bribery Act de 2010, conforme aplicável; (d) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou outro pagamento ilegal.

10.2. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão, incompletude, insuficiência ou incorreção de quaisquer de suas declarações prestadas nos termos da cláusula 10.1.

10.3. Sem prejuízo do disposto na cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas seja inverídica, incorreta ou incompleta na data em que foi prestada.

XI. Despesas

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e de suas garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII. Disposições Gerais

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento pelas partes de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das

partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso I e II do Código de Processo Civil.

12.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu exclusivo critério, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia.

12.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

12.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.10. O Agente Fiduciário poderá se basear nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

125686 26M92

12.11. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura de Emissão, e dos artigos aplicáveis da Lei das S.A., estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

XIII. Foro

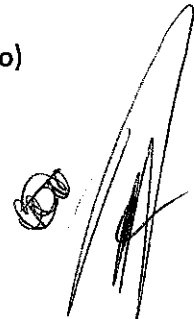
13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

13.2. Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também a assinam.

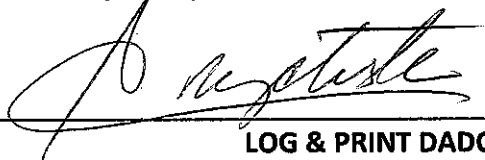
São Paulo, 21 de maio de 2015.

(As assinaturas seguem nas 7 (sete) páginas seguintes)

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

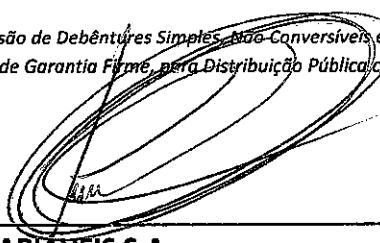


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)



LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A.

Por: Aristeu Batista
Cargo: Diretor Presidente



Por: Célio Roberto da Silva Júnior
Cargo: Diretor Financeiro



RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2º ANDAR

26/04/2011 12:45:00

Log & Print Dados Variáveis S.A.)



ARISTEU BATISTA

①

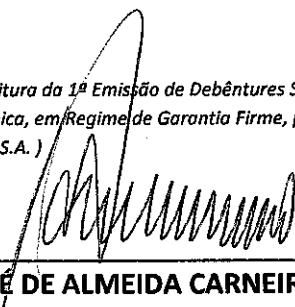
000047 20 H102

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)

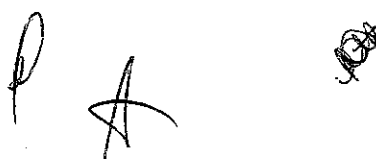
CÉLIO SILVA

26 MAI 2012 12:56:86
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)



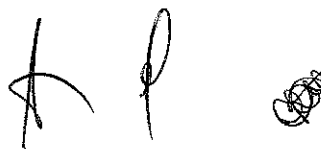
ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)



MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)

Marcelle Santoro

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

[Signature]

[Signature]

[Signature]

26 MAI 2015 12:56:86
RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Log & Print Dados Variáveis S.A.)

Testemunhas:

1. *Isabelle Martinho*
Nome: *Isabelle Martinho*
RG: *34.714.289-8 SSP/SP*

2. *Diego Xavier Campelo*
Nome: *Diego Xavier Campelo*
RG: *28.752.025-0 SSP/SP*

[Handwritten signatures and initials]

90
R.T.D.M.

Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça
Iss

9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.157.387/0001-28
Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Protocolado e prenotado sob o n. **1.245.686** em
26/05/2015 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **1.245.686**, em títulos e documentos.
São Paulo, 26 de maio de 2015

Total R\$ 11.252,44

Selos e taxas
Recolhidos p/verba

[Signature]
Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Eder Castro Resende - Oficial Substituto

26 MAI 2015 12:56:86
RUA BOA VISTA Nº 314 - 2º ANDAR

ANEXO I

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A.

RELAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA EMISSORA E DA PRINT LASER CARTÕES PLÁSTICOS LTDA. ATUALIZADOS ATÉ 12.05.2015

LOG & PRINT DADOS VARIÁVEIS S.A.

Banco	Operação nº	Data	Tipo	Valor
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000362591562	06.03.14	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 8.523.938,17
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000317461333	16.03.15	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 4.090.367,28
Itaú Unibanco S.A.	30960-000000359333838	02.06.14	GIROPOS FORNECEDOR PARCELADO	R\$ 2.769.983,92
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000066403338	28.11.14	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 1.812.878,69
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000157522103	20.05.14	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 1.484.671,59
Itaú Unibanco S.A.	11438-000024900028440	28.04.15	CAIXA RESERVA FORNECEDORES	R\$ 2.000.000,00
Itaú Unibanco S.A.	11116-000024900009135	01.04.15	CAIXA RESERVA AVAL	R\$ 100.000,00

PRINT LASER CARTÕES PLÁSTICOS LTDA.

Banco	Operação nº	Data	Tipo	Valor
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000155643653	06.05.14	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 3.475.019,08
Itaú Unibanco S.A.	30064-000000062601638	05.09.14	GIROPÓS CDI PAR FLEX G PESS	R\$ 672.019,70
Itaú Unibanco S.A.	30521-000000356453407	18.05.12	PARCELAMENTO PJ DP/CH	R\$ 64.896,69
Banco Santander (Brasil) S.A.	270.784.113	15.07.13	SANTANDER - CAP DE GIRO	R\$ 1.012.299,92

RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

26/05/2015 12:56:86

50
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME NO